



# MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

# Pesquisas: 69% aprovam operação no RJ; sentimento predominante é ‘esperança’

Pesquisa encomendada pelo Correio da Manhã à Arrow Pesquisas, por telefone (URA/IVR) em 29/10/2025, com 2.210 entrevistas e margem de erro global ±2,06 p.p. (95% de confiança)

A megaoperação do governo estadual tem aprovação de 68,85% no RJ, com Interior (70,78%) acima da Capital (66,92%). Os dados foram obtidos pela Arroz Pesquisa, encomendada pelo Correio da Manhã.

No plano emocional, ‘esperança’ (41,92%) e ‘alívio’ (21,91%) formam maioria (63,83%) sobre ‘medo’ (18,91%) e ‘revolta’ (17,25%) (36,16%), o que sustenta a leitura de “golaço” do governo pela população.

### Mapa de aderência — extremos:

■ Capitais de apoio: Barra/Recreio 80,28% e Grande Santa Cruz 79,17%. Contraponto: Grande Tijuca 52,87% aprova | 39,08% desaprova; Litorânea 57,41% | 37,04%.



Mesa com autoridades do Estado do Rio de Janeiro durante coletiva de imprensa sobre a Operação Contenção na Cidade da Polícia, no Rio de Janeiro

■ Interior em alta: Noroeste 84,72%, Centro-Sul 82,93%, Baía da Ilha Grande 72,31%, Serrana 71,79%. Atenção: Leste Fluminense 28,57% desaprova.

### Sentimentos por estrato:

■ Capital: positivos 60,41% (esperança 40,08% + alívio 20,33%) vs. negativos 39,59% (medo 20,45% + revolta 19,14%). Outlier: Leopoldina — ‘revolta’ 32,35% > ‘esperança’ 26,47%.

■ Interior: positivos 67,26% (esperança 43,76% + alívio 23,50%) vs. negativos 32,74% (medo 17,37% + revolta 15,37%). Altas de ‘esperança’: Centro-Sul 55,88%, Baía da Ilha Grande 51,06%, Baixada Litorânea 50,00%.

### FICHA TÉCNICA

■ Tipo: Pesquisa quantitativa de opinião (não eleitoral). Universo: Eleitores do RJ, 18+ anos. Coleta: URA/IVR telefônica. Campo: 29/10/2025. Amostra: 2.210 entrevistas (Capital 979 | Interior 1.231). Margem de erro global: ±2,06 p.p. (95%). Responsável técnico: Guilherme Coelho Neves (CONRE-2 nº 9907). Encomenda: Correio da Manhã à Arrow Pesquisas. Contato: (21) 96919-1198 pesquisas@arrowpesquisas.com.br.

*O prefeito de Pirai (RJ) e ex-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, em registro com o prefeito de Campinas (SP), Dario Saad, durante o Fórum Mundial de Prefeitos (The Mayors’ Forum), evento internacional que integrou a programação da Asia Pacific Cities Summit (APCS 2025), realizada na Expo City Dubai*



## Fernando Molica

# Milhares de operações não acabaram com tráfico

Desde junho de 2020, a polícia declarou ao Ministério Público a realização de mais de 5.500 operações em centenas de favelas do Estado do Rio — o crime, em particular a venda de drogas, não acabou em qualquer uma delas. É razoável prever que a situação vai se repetir nos complexos do Alemão e da Penha, alvos da megaoperação de anteontem.

Como mostrou a coluna Correio Bastidores, pelo menos 88 dessas incursões ocorreram, nos últimos cinco anos, em comunidades desses dois complexos na Zona Norte. Tantas mobilizações não impediram que o Comando Vermelho, de acordo com autoridades fluminenses, instalasse nessas favelas um grande centro de operações, nelas reunisse centenas de armas e cúmplices.

As operações geram mortos e feridos — inclusive entre policiais —, causam pânico, e desespero, prejudicam o ir e vir da população e o funcionamento de atividades públicas e privadas. E — é forçoso admitir — não resolvem nada.

Servem mais para mostrar uma suposta disposição de enfrentamento ao crime por parte do governante de plantão, dão a agentes de segurança uma sensação de dever cumprido, aplacam a sede de vingança de setores da população, geram ressentimento e ódio em moradores de favelas. E, principalmente, alimentam a

corrupção — não apenas policial — e muitos negócios. Funcionam, muitas vezes, como agentes de regulação do crime.

As operações passaram a ser relatadas ao MP quando o Supremo Tribunal Federal, em meio à pandemia, decidiu, no âmbito de ADPF que buscava reduzir a letalidade policial, impor algumas restrições a operações policiais em favelas. Não proibiu sua realização, apenas determinou que só ocorressem em casos excepcionais. A excepcionalidade que marca o Rio de Janeiro serviu de pretexto para a manutenção irrestrita desse tipo de atividade policial. Em abril passado, o STF amenizou as restrições.

A listagem de incursões disponível no site do MPRJ acumulava, ontem, 343 páginas; em cada uma delas há o registro de 16 operações ocorridas entre 14 de junho de 2020 e 15 de outubro de 2025.

Além de atestarem o fracasso desse tipo de tentativa de controle da criminalidade, as páginas revelam a tragédia de um estado onde milhões de pessoas vivem em localidades de nomes que soam estranhos e distantes: Sussa, Cinco Bocas, Buraco do Boi, Sebinho, Danon, Kelson, Moran, Muquicho, Gogó da Ema, Risca Faca, Sabugo, Rebu, Vila Candosa, Sabão, Corte Oito, Alma, Buraco do Boi, JJ, Linha, Rola, Aço, Três Pontes.

São em locais miseráveis como esses que nascem, crescem e morrem tantos daqueles que, ainda jovens, passam a ser considerados inimigos públicos, narcoterroristas. Não se trata de negar a existência de criminosos — muitos deles, violentos e perigosos — em favelas, mas de reconhecer a ineficácia de combate focado no aspecto visível dos delitos e a óbvia relação entre desigualdades sociais e a opção por uma vida bandida.

A lógica de se focar no crime visível se justifica, entre outras razões, pelo interesse em não revelar raízes mais profundas da atividade criminosa. Investigações capazes de desvendar caminhos do dinheiro e as fontes de financiamento de atividades como tráfico de drogas e de armas têm potencial explosivo, são capazes de incomodar muita gente que vive em áreas nobres, os tais malandros candidatos a malandros federais.

É mais fácil prender ou matar quem seja visto como isolado de um contexto maior. Inimigos públicos número 1 esgotam-se em si mesmos, não tem cúmplices em atividades empresariais nem protetores na máquina estatal. Como Judas de Sábados de Aleluia, prestam-se bem ao papel de responsáveis solitários pelas tragédias e malvezas — sua malhação gera alívio para a sociedade, e, principalmente, para seus sócios.

## PINGA-FOGO

■ O SILÊNCIO PRESIDENCIAL E UM LULA ATURDIDO COM A OPERAÇÃO POLICIAL DO RIO - Mais de 24 horas depois da megaoperação contra o Comando Vermelho no Rio, o governo federal não consegue sair das cordas. O presidente Lula levou mais de 24 horas para dar um pio sobre o que ocorreu no Rio. Fez uma postagem, de forma acanhada, falando do combate às facções e de como o povo sofre com a opressão da bandidagem. Só falou depois da reunião do seu emissário com o Governador Cláudio Castro no Rio. Esperou a fervura baixar para aparecer. Governo acuado pela própria politização que promoveu no tema de segurança.

■ Na reunião da manhã de quarta, 29, além de Rui Costa, ele chamou a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; a Ministra dos Direitos Humanos, Macacé Evaristo; além do marqueteiro e ministro da Secom, Sidônio Palmeira; e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Anielle e Macacé foram silenciadas pelo argumento de Sidônio. “Ainda não é hora de falar de Direitos Humanos”, fuzilou o marqueteiro de olho na reeleição.

■ A OBRA DE ‘JERICÓ’ DE SIDÔNIO NAS REDES SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL - Apesar da posição comedida na reunião no Alvorada, horas depois a Secom liberou um vídeo surpreendente nas redes sociais. Uma verdadeira obra de “Jericó”, como dizem na terra do Sidônio. Tentam explicar o inexplicável. Como se deve combater a criminalidade com inteligência, algo que, aliás, faltou em quem teve a infeliz ideia de propor o vídeo a aquela roupa. O vídeo fala de evitar derramamento de sangue e tentar trazer a paternidade para a operação da Faria Lima com foco no PCC. No Rio, o alvo foi o CV e a operação de São Paulo é mais resultado da atuação do Ministério Público Estadual e da Polícia do Governador Tarcísio de Freitas do que o governo federal. Horas antes, a apresentação na coletiva do Secretário da Polícia Militar do Rio, Coronel Marcelo Menezes, explicou em gráficos todo o trabalho de inteligência e xadrez que as forças policiais do Rio fizeram neste dia histórico.

■ O LUTO DE LULA E O SILÊNCIO PRESIDENCIAL NA POSSE DE BOULOS - Patética foi a presença de um Lula vestindo preto/luto na posse do seu novo ministro, o invasor de propriedades privadas Guilherme Boulos. Não deu um pio sobre o Rio. Entrou mudo e saiu calado. Coube a Boulos pedir um minuto de silêncio em memória

dos moradores do Alemão. Moradores que portavam fuzis, granadas, que fizeram barricadas e enfrentaram as polícias fluminenses na mata.

■ BOULOS PEDE UM MINUTO DE SILÊNCIO PELOS MORADORES/BANDIDOS MORTOS E ATACA A FARIA LIMA EM PLENO PALÁCIO DO PLANALTO - Guilherme Boulos se superou. Além de fazer em pleno Palácio do Planalto um minuto de silêncio em memória dos “moradores-bandidos” mortos, ainda resolveu atacar a Faria Lima no melhor estilo Nicolás Maduro. Se não estivesse nas cordas, aquela posse, repleta de militantes e dirigentes sociais, seria a oportunidade para Lula deitar e rolar. “Por que se cala tanto Lula?” Foi a pergunta que a direita fez ao assistir os vídeos da transmissão da posse. O silêncio foi o resultado de um presidente omissos, temendo a opinião pública, que aplaudiu a reação das forças policiais do Rio.

■ HONESTIDADE DE ANDREI CONSTANGE MINISTRO LEWANDOWSKI - Quem cresceu neste episódio foi o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Ele foi o mais honesto do governo federal nesta trama ao dizer, na frente do ministro Ricardo Lewandowski, que a PF foi avisada da operação e que declinou de participar. Foi transparente e agiu como chefe de uma polícia de estado e não de governo. Lewandowski surtou e tentou corrigir dizendo que este assunto é para ser tratado de governador para ministro ou presidente e não entre partes técnicas. A tarde, cabisbaixo, apresentou a única solução real do governo federal para o caso: a criação de um escritório, como ele chamou, ao invés de gabinete, para criar canais de comunicação exatamente como o que ocorreu. Lembrando que o secretário de Segurança do Rio, Victor Santos, é um delegado aposentado da Polícia Federal onde é muito respeitado.

■ COZZOLINO À FRENTE - Nesta quinta-feira (30), a partir das 10h30, 492 famílias de Magé receberão o Cartão Recomeçar, benefício do Governo do Estado do Rio de Janeiro destinado a auxiliar moradores que sofreram com as fortes chuvas de abril de 2025. A entrega será realizada na Casa Festa, com a presença do deputado estadual Vinicius Cozzolino, que articulou a vinda do benefício para o município, além da secretária de Desenvolvimento Social do Estado, Rosângela Gomes, do prefeito Renato Cozzolino, da secretária municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Flávia Gomes, e outras autoridades municipais.

## Tales Faria

# Queda de popularidade de Castro provocou megaoperação policial

Levantamentos sobre a popularidade do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), encomendados por aliados serviram como um dos motivos para o Palácio Guanabara deflagrar a megaoperação policial nos complexos do Alemão e da Penha, na terça-feira, 28.

Balanço feito até 17h do dia seguinte apontou 121 mortes (expectativa é que o número pode aumentar), sendo quatro policiais. Em entrevista coletiva, o governador classificou a operação como “um sucesso” e repetiu não ter tido a colaboração do governo federal.

Castro apontou para seus críticos em tom de campanha: “Ou soma, ou suma!”, e disse: “Temos muita tranquilidade de defender tudo que fizemos ontem. Queria me solidarizar com a família dos quatro guerreiros que deram a vida para salvar a população. De vítima ontem lá, só tivemos esses policiais”, afirmou.

O governador aposta que a dura operação policial, mesmo com alto número de mortos, cai bem junto ao eleitorado conservador e promoverá o reagrupamento desses eleitores em torno de seu nome.

Esse reagrupamento do conservadorismo, acreditam os articuladores da campanha eleitoral, trará de volta expectativas de votos perdidas desde que os

bolsonaristas entraram em crise após o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o filho deputado, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), promoverem o tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil.

Os aliados do governador têm deixado claro que pretendem utilizar a operação na campanha eleitoral. O governador é pré-candidato ao Senado. E as pesquisas encomendadas por seu grupo vinham apontando queda de popularidade. A expectativa agora é de uma melhoria no quadro.

Pesquisa Gearp a que a coluna teve acesso, sobre as eleições de 2026 e fechada no dia anterior à operação policial, revelou que Castro estava num preocupante 4º lugar na disputa por votos a senador.

Ele detinha apenas 10% das intenções de voto em empate técnico com Alessandro Molon (PSB), com 11%. Bem à frente, no entanto, vêm Benedita da Silva (PT), com 20%; e o cor-religionário do governador no PL, o atual senador Flávio Bolsonaro, com 25%. Castro ainda é seguido de perto por Marcelo Crivela (Republicanos), também em empate técnico com 8% das intenções de voto.

A margem de erro do levantamento da Gearp é de 3,16 pontos percentuais, com um intervalo de confiança de 95,55% para mais ou para menos. Foram

ouvidas 1.000 pessoas de todo o estado do Rio de Janeiro com mais de 16 anos, entre os dias 24 e 27 de outubro.

O levantamento também apresentou três cenários de pré-candidatos ao governo do estado. Mostrou que o nome mais forte no campo bolsonarista seria Flávio Bolsonaro, que, a princípio, não deseja concorrer a governador, mas sim para a reeleição ao Senado.

No melhor cenário, Flávio alcança 24% das intenções de voto para governador. No campo da direita, vem seguido por Doutor Luizinho (Progressistas) e Paulo Guedes, que chegam a alcançar 8% nos seus melhores cenários.

No campo da esquerda, a surpresa é o deputado Glauber Braga (PSB) figurar como melhor colocado do grupo. Chegou a terceiro lugar atrás apenas do prefeito Eduardo Paes (PSD) e de Flávio Bolsonaro. Variou entre 7% e 8% nos cenários estimulados apresentados.

Glauber ainda não decidiu se concorrerá a governador. Está viajando por todo estado e promovendo levantamentos entre seus eleitores para saber se disputará o governo ou a reeleição como deputado federal.

O prefeito Eduardo Paes continua como favorito na disputa pelo Palácio Guanabara, segundo a pesquisa, variando de 37% a 43% nos três cenários.